ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO E POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO BAIXO AMAZONAS NOS ANOS DE 2000 E 2010

Abner Vilhena de Carvalho[1]

Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho[2]

Augusto Weslley de Araújo[3]

Ingrid Lorrane Miranda de Sousa[4]

Luan Gomes de Oliveira[5]

RESUMO: Este estudo tem como objetivo identificar as diferenças entre os indicadores de desenvolvimento humano e pobreza multidimensional a partir de um *ranking* para os municípios do Baixo Amazonas e analisar a evolução do IPM estimado em comparação ao IDHM desenvolvido pelo Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos 2000-2010. Os resultados demonstraram que os indicadores IDHM e IPM podem ser considerados como complementares para a Mesorregião do Baixo Amazonas e o destaque no ranking de pobreza e de desenvolvimento humano foi o município de Santarém.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Humano, Pobreza Multidimensional, IDHM. IPM.

ABSTRACT: This study aims to identify the differences between the indicators of human development and multidimensional poverty from a ranking for the municipalities of the Lower Amazon and to analyze the evolution of the estimated IPM in comparison to the IDHM developed by the Atlas of Human Development in the years 2000-2010. The results showed that the IDHM and IPM indicators can be considered as complementary to the Lower Amazon Meso-region and the highlight in the ranking of poverty and development was the municipality of Santarém.

Keywords: Human Development, Multidimensional Poverty, IDHM. IPM.

INTRODUÇÃO

A pobreza é uma temática que vem recebendo destaque na ciência econômica, principalmente, por ter uma relação inversa com o desenvolvimento socioeconômico. Cabe ressaltar que a pobreza possui múltiplas definições, contudo, todas abrangem algum elemento subjetivo e discricionário, os quais precisam de métodos e indicadores de mensuração

[1] Mestre em Economia e Doutorando no Programa de Pós Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) e Professor Assistente do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR). Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: abnervilhena@hotmail.com.

[2] Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS) do Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: carvalho.rhayza@gmail.com.

[3] Bacharel em Ciências Econômicas no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: augustooficial018@gmail.com.

[4] Bacharela em Ciências Econômicas no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: ingridlorrane12@hotmail.com.

[5] Bacharelando em Ciências Econômicas no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Email: luangomes.oliveira@hotmail.com.

diferenciados e, por conseguinte, resultam na identificação de diferentes indivíduos como pobres (SILVA; SOUSA; ARAÚJO, 2017).

A abordagem da pobreza não trata apenas do que um indivíduo pode adquirir com uma unidade de renda, de forma a delimitar um ponto divisor que o classifique como pobre ou não pobre, mas também, por interpretações que a entendam de forma relativa e multidimensional, devido as suas múltiplas faces da pobreza e as suas diversas formas de manifestação, seja pela abordagem da incapacidade de renda, ou pela privação das capacidades (SILVA, 2016).

Tendo em vista as várias interpretações da pobreza, tem-se a abordagem unidimensional caracterizada por recorrer a medidas que consideram apenas indicadores monetários, como renda e consumo, e, a abordagem da pobreza multidimensional que admite a existência de diversas características que abarcam outras dimensões que possuem propriedades que podem sintetizar a pobreza de determinado indivíduo/município, como: educação, saúde e condições de vida, entre outras; aspectos relevantes e determinantes do bem-estar e que não podem ser adquiridos pela ótica da renda (LOPES, 2015).

Nesse contexto, busca-se, a partir das análises do indicador de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e do indicador de pobreza multidimensional (IPM), investigar e identificar as diferenças entre os indicadores multidimensionais, a partir de um *ranking* de pobreza para os municípios do baixo amazonas e analisar o IPM como complementar ao IDHM do Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos de 2000 e 2010.

ABORDAGENS TEÓRICAS E MEDIDAS DE POBREZA: DA UNIDIMENSIONAL À MULTIDIMENSIONAL

A noção de pobreza surge, geralmente, associada com algum tipo de privação, a qual incorpora tanto elementos de ordem material, quanto cultural e social, dependendo dos recursos que a família ou o indivíduo dispõe. Nesse sentido, a pobreza é um fenômeno social complexo, alusivo às privações em termos de necessidades materiais, de bem-estar e à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente (CODES, 2008).

Dessa forma, quando se analisa o termo pobreza, é essencial elucidar os fundamentos conceituais que estão sendo utilizados. Assim, é imprescindível evidenciar se o estudo se refere à pobreza na perspectiva absoluta ou relativa e, se é mensurada de forma unidimensional ou multidimensional (BAGOLIN; ÁVILA; COMIM, 2012).

Nessa perspectiva, a percepção da pobreza como um conceito absoluto institui padrões mínimos de necessidades ou de subsistência, os quais englobam aspectos relacionados à alimentação, moradia, educação, saúde, vestuário, entre outros, que são avaliados a preços de

mercado e a renda necessária para custeá-lo é calculada, sendo assim, caso possua condições inferiores a esses padrões o indivíduo é considerado pobre (ROMÃO, 1993).

A pobreza absoluta está relacionada ao não atendimento das necessidades básicas das pessoas. Cabe ressaltar que, para o atendimento dessas necessidades, é estabelecido um valor monetário, sendo que, quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor passa a ser denominado de linha de indigência ou pobreza extrema e quando abrange outras necessidades chama-se linha de pobreza (ROCHA, 2006).

Ainda segundo Rocha (2006), as linhas de pobreza e indigência são os critérios usados para especificar a população em dois subgrupos, conforme a sua renda. Dessa forma, um indivíduo pode ser considerado pobre ou não pobre, sempre que se utilizar a linha de pobreza, assim, é visto como pobre se a renda for abaixo do necessário para satisfazer um conjunto de necessidades, e será avaliado como indigente ou não indigente quando se utilizar a linha de indigência, sendo que, caso não seja atendida, inclusive as suas necessidades nutricionais, este indivíduo passa a ser considerado indigente.

Por outro lado, a pobreza, no aspecto relativo, evidencia uma comparação situacional dos indivíduos com seus semelhantes em relação à posição que ocupa na sociedade, desse modo, a percepção de pobreza relativa é similar à definição de desigualdade na distribuição de renda. Portanto, essa concepção de pobreza é explicada em relação ao padrão de vida vigente em determinada sociedade, de tal modo que os pobres são os que estão situados na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros melhor aquinhoados da sociedade nessa distribuição (ROMÃO, 1993).

Nesse contexto, as definições de pobreza absoluta e pobreza relativa não possuem um limite preciso, por conseguinte, as linhas de indigência e de pobreza estão vinculadas a ambas as definições. Todavia, como a perspectiva de pobreza relativa muda de acordo com a sociedade, em países ricos, por exemplo, o conceito de pobreza se distancia do atendimento das necessidades de subsistência dos indivíduos, inclusive as nutricionais, com isso, dependendo da sociedade, a linha de indigência não tem grande importância, enquanto que a linha de pobreza está estreitamente relacionada à desigualdade de renda existente nessa sociedade (ROCHA, 2000).

Diversos estudos explicavam a pobreza como resultante apenas da má distribuição de renda, que ocasionava no baixo nível de renda de grande parte da população mundial e, consequentemente, na existência de privações materiais. Dessa forma, a dimensão monetária era o principal critério de identificação da pobreza, e, portanto, esta era vista como um fenômeno unidimensional. Entretanto, especialmente a partir dos estudos de Amartya Sem, a pobreza passou a ter um caráter multidimensional e, por conseguinte, tornou-se necessário a construção de

indicadores que contemplassem as diversas formas de privações (COSTA; COSTA, 2016).

O estudo da pobreza multidimensional destaca a importância de duas abordagens, tais como: a das necessidades básicas e a das capacitações. A primeira abordagem afirma que as necessidades básicas não estão restritas à alimentação, assim, inclui necessidades humanas como habitação, educação, saneamento. Portanto, essa abordagem abrange outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, haja vista que estes não apenas se alimentam, mas se relacionam e trabalham, tendo, deste modo, uma vida social (ROCHA, 2000).

Enquanto que a abordagem das capacitações avalia o bem-estar dos indivíduos conforme a liberdade que estes possuem de ser e/ou fazer aquilo que decidem baseadas no princípio de justiça. Além disso, essa abordagem está associada à definição de desenvolvimento humano, uma vez que a pobreza representa a privação de oportunidades para realizar alguns níveis minimamente admissíveis de funcionamentos (SEN, 2010).

Os funcionamentos relevantes podem variar dos físicos, como estar bem alimentado, estar devidamente vestido e abrigado, às realizações sociais mais complexas, como envolver-se em uma comunidade (COMIM *et al*., 2006). Portanto, a abordagem das capacitações analisa condições importantes, a saber: diversidades culturais e ambientais, heterogeneidades pessoais, diferentes perspectivas relativas e distribuições intrafamiliar (SEN, 2010).

A POBREZA MULTIDIMENSIONAL E OS ÍNDICES SINTÉTICOS: REVISÃO DA LITERATURA

No trabalho de Lopes (2015), o objetivo era analisar a pobreza multidimensional na Região Norte do Brasil nos anos 2000 e 2010, a partir da construção de um índice multidimensional de pobreza denominado "Índice de Pobreza Humana Municipal da Região Norte" (IPHM-RN), seguindo o critério de que esta região é uma das mais "atrasadas" em termos de desenvolvimento econômico do país. Na construção da metodologia aplicada, o índice de pobreza deste trabalho continua com as dimensões de privações do IPH: Sobrevivência, Educação e Padrão de Vida. Os resultados demonstraram que a pobreza humana no Norte reduziu em todos os Estados, sendo que Roraima obteve o maior índice de pobreza da Região Norte em 2010 e o Pará ficou com a 7ª posição. Quando se especifica a redução da pobreza, em termos de variação no tempo, o Tocantins é o 1º na redução e o Pará ficou na 4ª posição do *Ranking* de Pobreza.

No estudo de Silva, Sousa e Araújo (2017), tendo como finalidade identificar novas perspectivas para a compreensão da pobreza multidimensional na Região Norte, utilizando a metodologia construída por Bourguignon e Chakravarty (2003), a qual apresenta uma forma alternativa de medir a multidimensionalidade da pobreza, com base em seis dimensões, como alimentos

e água; comunicação e informação; educação; condições da moradia; saúde; e trabalho e demografia.

Os resultados evidenciaram uma redução da proporção de pobres multidimensionais da população nortista, de 30,71% em 2006, para 25,79% em 2013. Concluíram que, para reduzir a pobreza multidimensional, a gestão pública deve adotar políticas públicas direcionadas, especificamente, para as dimensões que mais impactam a pobreza na região, a saber: educação, trabalho e demografia, comunicação e informação e saúde para que haja melhor distribuição desses recursos entre os estados da região, na busca de uma melhor condição de vida e inserção social, diminuindo, dessa forma, as disparidades regionais.

Ao propor uma análise de um índice de pobreza multidimensional para os estados brasileiros, Silva (2016), utilizando como metodologia a construção de um índice de pobreza Multidimensional, que possui três dimensões: bem-estar, condições de moradia e capacidade econômica; o autor constatou que o indicador apontou a existência de propriedades desejáveis. Como resultado, a dimensão bem-estar obteve melhores resultados para todas as regiões, enquanto a capacidade econômica dispôs resultados negativos para todas as regiões. As grandes regiões Norte e Nordeste apresentaram maiores índices para todas as dimensões, indicando um maior nível de pobreza multidimensional.

A abordagem de Diniz e Diniz (2009) apresentou um indicador/síntese da pobreza multidimensional, com o objetivo de reduzir o grau de arbitrariedade na escolha das dimensões. Foram utilizadas sete dimensões, de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio[6] que vão desde redução da pobreza de renda até a promoção da desigualdade entre os gêneros. A metodologia permitiu construir um indicador de pobreza multidimensional que pode ser utilizado para acompanhar esses objetivos do milênio, bem como fazer um acompanhamento anual. Os estados que apresentaram maiores índices de Pobreza Multidimensional são aqueles localizados nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Rodrigues, Santos e Fernandes (2015) analisaram comparativamente os indicadores: linha de pobreza, IDHM e IPM para verificar quais dimensões têm contribuído de forma mais expressiva para a variação em cada um dos índices na Região Metropolitana de Belém (RMB), utilizando as bases de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD e os microdados amostrais dos

[6] As metas do milênio foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, e ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São eles: 1 - Acabar com a fome e a miséria; 2 - Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças; 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. ONU. Nações unidas declaração do milênio: Technical report, Organização das Nações Unidas, 2001. Disponível em https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf.

censos de 2000 e 2010 do IBGE. Os resultados indicaram diferenças significativas entre todos os indicadores quando se trata de definir uma proporção de pobres e um *ranking* de pobreza para os municípios da RMB. Nesse contexto, concluiu-se que existem dificuldades de estabelecer uma única medida sintética que possa, de maneira isolada, representar os anseios que permeiam o debate teórico atual sobre pobreza multidimensional.

Hoffmann e Kageyama (2006) analisaram a pobreza no Brasil, no período de 1992-2004, a partir da utilização da perspectiva multidimensional na mensuração. Dessa forma, para mensurar a pobreza, os autores combinaram a medida tradicional de pobreza fundamentada na renda, com aspectos do bem-estar ou desenvolvimento, além disso, a identificação dos pobres foi baseada na linha de pobreza monetária. Os resultados evidenciaram que a pobreza mensurada pela insuficiência de renda representa 90% da pobreza total, elucidou que ocorreu uma diminuição da pobreza mais severa, e que houve uma piora na distribuição regional da pobreza.

Neste sentido, com base na revisão de literatura, percebeu-se que vários trabalhos discutem os altos níveis de pobreza multidimensional na região Norte, contribuindo para o a elaboração deste estudo, o qual busca discutir a pobreza com enfoque multidimensional para a região do Baixo Amazonas, de modo a investigar as dimensões/indicadores que possuem um maior impacto e desencadeiam a pobreza na região.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Área de Pesquisa: Breve Histórico e Descrição

A história do território do Baixo Amazonas paraense é semelhante à história da Amazônia como um todo, tendo em vista que as cidades se desenvolveram às margens do Rio Tapajós, sobretudo após a expulsão dos jesuítas. No período da colonização, sua economia estava exclusivamente associada ao extrativismo, a princípio, com as drogas do sertão e a pesca, e, posteriormente, com a extração da borracha no final do século XIX (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, este território passou por um processo de desenvolvimento, a partir da década de 1960, devido à intervenção dos governos militares, onde foram realizados grandes projetos agrominerais e agropastoris e iniciou a construção das rodovias Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Esses projetos, desencadeados pelas políticas desenvolvimentistas, resultaram na modificação dos padrões culturais, socioeconômicos e ambientais da região (BRASIL, 2012).

De acordo com a Fapespa, o território do Baixo Amazonas é composto por 13[7] municípios,

[7] O município de Mojuí dos campos foi integrado à região do Baixo Amazonas no ano de 2012, e por isto não foi incorporado nas análises do estudo.

tais como: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa, como mostra a figura 1, abaixo.

Figura 1: Municípios do Baixo Amazonas



Fonte: STD/MDA/2017

Em 2014 a área aproximada da mesorregião do Baixo Amazonas era em torno de 315,86 mil km², o que corresponde a 25% da área total do estado do Pará, sua população equivalia a 770.275 habitantes. As atividades econômicas que possuem destaque na região são as que se relacionam com a mineração, o agronegócio, a agricultura familiar e o turismo, sendo que este último tem como base principal o turismo ecológico, uma vez que a mesorregião possui muitos atrativos naturais, como praias e belas paisagens (BRASIL, 2012).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste trabalho visa permitir uma análise comparativa dos resultados do IDHM e do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para os municípios da Mesorregião do Baixo Amazonas (MBA). Para isso, utilizaram-se os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos de 2000 e 2010, sendo utilizadas como proxies para construção do IPM as variáveis: educação, saúde e condições de vida.

A partir do IDHM, caracterizou o ranking da MBA verificando a variação das dimensões que possuem uma maior significância em termos de desenvolvimento municipal. Em seguida, há uma comparação entre os índices de pobreza multidimensional com o IDHM.

Nesse contexto, o IPM[8] é um indicador que mede a dimensão da pobreza, tendo por base o grau de privações que os indivíduos sofrem simultaneamente. Deste modo, se os indivíduos apresentam algumas das privações consideradas básicas, pode-se fazer a classificação destes a partir do nível de privação, sendo classificados como: pobreza multidimensional; vulneráveis a pobreza (condição de risco) e pobreza multidimensionalmente extrema (linha de indigência), a partir dos considerados pobres, o que permite avaliar a intensidade da pobreza por dentro do indicador.

O IPM é integrado por três dimensões: saúde, educação e condições de vida. Sendo estas variáveis recodificadas de forma que pudessem se tornar binárias (0,1) para uma melhor compreensão da situação de privação dos indicadores, ou seja, se o indivíduo está privado ou não em determinado tipo de dimensão. Definiu-se, assim, o valor 1 para situação de privação e 0 para não privação. Neste sentido, foi atribuída para cada pessoa a contagem de carências que sofre em cada um dos indicadores. Sendo que a contagem máxima de carências é de 100%.

Desta maneira, com o mesmo peso para cada uma das dimensões (1/3), a contagem máxima em cada dimensão passa a ser de 33,33%. Cada indicador é ponderado, dividindo a ponderação (1/3) pelo número de indicadores. Por exemplo, as dimensões saúde e educação contêm dois indicadores. Dessa forma, cada indicador tem um valor de (1/3)/2*100 (16,7%).

Para identificar os indivíduos que possam ser considerados multidimensionalmente pobres, deve-se fazer o somatório das carências de cada um para obter, posteriormente, a carência total correspondente ao valor C. Com o intuito de diferenciar pobres e não pobres, aceita-se como ponto determinante da pobreza (K)[9] o valor de 33.33%, equivalente à terceira parte dos indicadores ponderados. Neste sentido, temos que o valor mínimo ou de corte para a identificação dos indivíduos pobres é de que haja privação em, pelo menos, um dos segmentos, ou seja, 33,33% dos indicadores. Segundo os seguintes critérios de classificação:

1) Se C for > 20% e < 33,3% os indivíduos são considerados pobres multidimensionais;

2) Se C for > 33,3% os indivíduos são considerados vulneráveis à pobreza multidimensional;

3) Se C > 50% os indivíduos não sofrem de pobreza multidimensional. Nesse contexto, conforme a contagem de carências dos indivíduos, estes estão sendo classificados quanto a sua condição de

[8] IPM de Alkire e Santos (2010) é composto por dez indicadores, neste trabalho o IPM contém sete indicadores. As modificações foram realizadas: na variável educação ao invés de utilizar "nenhum membro do domicílio tem cinco anos de educação completos", usou-se "ensino fundamental incompleto (+ 18 anos)". Na dimensão saúde, no lugar de "pelo menos uma criança falecida", utiliza-se o indicador "total de filhos nascidos mortos (natimorto)" e por ausência na base de dados do censo do IBGE do indicador "pelo menos um membro da família está bem nutrido", adotou-se como uma proxy de saúde a variável "água potável". Na dimensão condições de vida, removeram-se os indicadores "residência com piso de terra" e "uso de combustíveis contaminantes para cozinhar" e acrescentou-se: a variável "destino do lixo".

[9] A variável *k* é o ponto de corte da pobreza e reflete a soma de indicadores ponderados no qual o indivíduo deve ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre.

pobreza multidimensional. O valor do IPM reflete a média das contagens de carência C (superiores a 33,3%) da população. A tabela abaixo sintetiza os índices e subíndices que compõem o IPM.

Tabela 1: Dimensões, indicadores e ponderações do IPM

IPM	
INDICADOR	**PONDERAÇÕES**
Educação	
Ensino Fundamental Incompleto	(1/3)/2=16,7
Crianças em idade escolar que não frequentam a escola (6 a 14 anos)	(1/3)/2=16,7
Saúde	
Água Potável	(1/3)/2=16,7
Total de filhos nascidos mortos (natimortos)	(1/3)/2=16,7
Condições de Vida	
Eletricidade	(1/3)/4=11,11
Esgotamento Sanitário	(1/3)/4=11,11
Destino do Lixo	(1/3)/4=11,11

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise Comparativa dos Indicadores de Pobreza para a MBA: IDHM e IPM.

O IDHM da mesorregião do baixo Amazonas é classificado como muito baixo, devido, principalmente, ao baixo índice de educação da mesorregião, os municípios que possuem um maior IDHM são: Santarém, Almeirim e Oriximiná com 0.555, 0.526 e 0.517 respectivamente. Os que possuem um desenvolvimento muito baixo são os municípios de Prainha, Curuá e Juruti com os índices de 0.361, 0.383 e 0.389, nessa devida ordem. Em média, quando integramos os municípios a uma região, temos que o índice de desenvolvimento total no ano de 2000 é de 0.45 e houve uma variação de 32.84% passando para 0.60 em 2010.

O IDHML (Longevidade) da mesorregião pode ser considerado de alto desenvolvimento, pois apresentou no ano de 2000 o valor de 0.71 e no ano de 2010, elevou-se para 0.77, tendo uma taxa de variação de 9.59 %. O IDHME (Educação) obteve um valor de 0.26 em 2000 e 0.49 em 2010, tendo uma variação de cerca de aproximadamente 0.90 %. O IDHMR (Renda) alcançou um valor de 0.50 em 2000 e de 0,56 em 2010, variando 12.12% no período entre os dois censos demográficos.

Tabela 2: IDHM e seus subíndices em 2000 e 2010 para os municípios da mesorregião do Baixo Amazonas.

Municípios	2000				2010			
	IDHM	**IDHM Renda**	**IDHM Longevidade**	**IDHM Educação**	**IDHM**	**IDHM Renda**	**IDHM Longevidade**	**IDHM Educação**
Alenquer	0,433	0,486	0,707	0,236	0,564	0,529	0,779	0,436
Almeirim	0,526	0,66	0,733	0,3	0,642	0,659	0,809	0,497
Belterra	0,396	0,438	0,673	0,21	0,588	0,548	0,775	0,478
Curuá	0,383	0,439	0,716	0,179	0,578	0,501	0,78	0,495
Faro	0,431	0,448	0,661	0,27	0,563	0,501	0,756	0,47
Juruti	0,389	0,419	0,655	0,215	0,592	0,547	0,756	0,501
Monte Alegre	0,467	0,502	0,744	0,273	0,589	0,541	0,764	0,495
Óbidos	0,452	0,484	0,711	0,269	0,594	0,556	0,756	0,499
Oriximiná	0,517	0,562	0,733	0,335	0,623	0,599	0,778	0,52
Prainha	0,361	0,437	0,673	0,16	0,523	0,512	0,779	0,359
Santarém	0,555	0,571	0,755	0,397	0,691	0,632	0,807	0,648
Terra Santa	0,474	0,512	0,709	0,293	0,605	0,555	0,743	0,536

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Conforme a tabela 2, em 2000, os subíndices que mais contribuíram para o IDHM de Santarém foram longevidade, com o índice de 0.755, seguida por renda 0.571 e educação 0.397. Em Almerim e em Oriximiná a principal contribuição também foi dada pela longevidade, ambos com 0.733.

Em 2010, verificou-se que o índice de desenvolvimento humano melhorou em todos os municípios da MBA. O município de Santarém que estava com 0.555 aumentou para 0.691 obtendo uma variação de 24,5% e praticamente passou para a categoria de alto desenvolvimento. O município de Prainha que apresentava o pior IDHM, 0.361 sofreu uma variação de 44,88% passando para 0.523 se enquadrando na categoria de baixo desenvolvimento.

Constata-se que, em 2000, Santarém apresentava valores de alto desenvolvimento para o subíndice de longevidade, 0.775 e baixo desenvolvimento para a renda, 0.571, contudo, para a educação, o nível era de desenvolvimento foi muito baixo, 0.397. No entanto, em 2010, a educação variou 63,22%, elevando-se, assim, para 0.648, integrando o médio desenvolvimento. Em Almeirim, no ano de 2000, apenas o subíndice longevidade apresentou maior valor de IDHM e possui alto desenvolvimento, 0.733, passando para 0.809 em 2010. Entretanto, o subíndice educação, que estava com 0.3 em 2000 e 0.497, em 2010, permaneceu na categoria de desenvolvimento muito baixo.

Tabela 3: Relação Comparativa entre IDHM e IPM

MUNICÍPIO	IDHM 2000	IPM 2000	MUNICÍPIO	IDHM 2010	IPM 2010	Taxa de Var. (%) do IPM	Taxa de Var. (%) do IDHM
Alenquer	0,433	33,77	**Alenquer**	0,564	51,71	53,14	30,25
Almeirim	0,526	47,38	**Almeirim**	0,642	54,66	15,37	22,05
Belterra	0,396	33,47	**Belterra**	0,588	49,91	49,10	48,48
Curuá	0,383	26,05	**Curuá**	0,578	50,43	93,58	50,91
Faro	0,431	32,99	**Faro**	0,563	49,52	50,10	30,63
Juruti	0,389	29,76	**Juruti**	0,592	51,35	72,53	52,19
Monte Alegre	0,467	37,24	**Monte Alegre**	0,589	52,2	40,18	26,12
Óbidos	0,452	38,37	**Óbidos**	0,594	48,55	26,54	31,42
Oriximiná	0,517	42	**Oriximiná**	0,623	48,38	15,19	20,50
Prainha	0,361	30,46	**Prainha**	0,523	44,76	46,94	44,88
Santarém	0,555	46,09	**Santarém**	0,691	56,97	23,59	24,50
Terra Santa	0,474	39,79	**Terra Santa**	0,605	55,41	39,26	27,64

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

O indicador de desenvolvimento humano reflete os mecanismos e fenômenos que são mais adequados para avaliar o desempenho dos municípios brasileiros, e o índice de pobreza multidimensional mede a partir do número de privações se essas condições básicas estão sendo atendidas, a partir das dimensões saúde, educação e condições de vida, também utilizadas na composição do IDHM. Neste sentido, quando se busca verificar o grau de pobreza multidimensional de uma região, não se pretende apenas estimar a proporção de pobres e não pobres, mas entender os fenômenos socioeconômicos que foram implementados nos municípios e, a partir disso, verificar se esta implantação foi adequada ao modelo/processo de desenvolvimento da região.

Neste contexto, percebe-se que os municípios da MBA que possuíram uma maior pobreza multidimensional, no ano de 2000, foram: Curuá, Juruti e Prainha com 26.05; 26.76; e 30.46; respectivamente, sendo os dois primeiros municípios considerados com pobreza multidimensional extrema e Prainha com pobreza multidimensional. No que diz respeito ao IDHM, percebe-se que essas cidades possuem um nível muito baixo de desenvolvimento, tendo em vista que todos os seus índices obtiveram o valor de 0.383, 0.389 e 0.361.

Os municípios que apresentaram melhores condições de não estar em estado de pobreza multidimensional foram Almerim (47.38), Santarém (46.09) e Oriximiná com (42.00), apresentando indícios de risco de pobreza, contudo possuindo evidências para que fosse possível retirar o município da condição de pobreza no decorrer do tempo. No que concerne ao IDHM

dessas cidades, percebeu-se que, no ano de 2000, as condições de desenvolvimento humano foram Almerim (0.526), Santarém (0.555) e Oriximiná com (0.517), sendo possível afirmar que as condições de desenvolvimento desses municípios são de baixo desenvolvimento.

No ano de 2010, percebe-se uma grande evolução no índice de pobreza multidimensional na MBA, alavancado principalmente pela melhoria das dimensões saúde e condições de vida, devido à melhoria do sistema de saúde da região e das melhorias infraestruturais, como a elevação da cobertura de saneamento básico, programas de coleta de lixo, entre outros programas que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da região e para a diminuição das condições de pobreza existentes anteriormente. Nesse contexto, os municípios que não apresentaram condições de pobreza multidimensional foram: Santarém (56.97), Terra Santa (55.41) e Almerim (54.66) sendo estes considerados fora das condições de privações, ou seja, possuem, a partir do somatório dos subíndices das dimensões, um número adequado de atendimento das condições básicas, sendo os valores de seus índices de pobreza multidimensional maiores que cinquenta.

Tabela 4: *Ranking* do IDHM e IPM

Municípios	**Ranking**			
	2000		2010	
	IDHM	IPM	IDHM	IPM
Santarém	1º	2º	1º	1º
Almeirim	2º	1º	2º	3º
Oriximiná	3º	3º	3º	11º
Terra Santa	4º	4º	4º	2º
Monte Alegre	5º	6º	7º	4º
Óbidos	6º	5º	5º	10º
Alenquer	7º	7º	10º	5º
Faro	8º	9º	11º	9º
Belterra	9º	8º	8º	8º
Juruti	10º	11º	6º	6º
Curuá	11º	12º	9º	7º
Prainha	12º	10º	12º	12º

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

As dimensões e os índices utilizados pelo IDHM e IPM são os mesmos, o que explica coincidirem quanto à classificação de vários municípios no *ranking*. Por conseguinte, os indicadores podem ser vistos como complementares, uma vez que, se vistos conjuntamente, permitem uma visão mais ampla e precisa de seus resultados.

Na tabela 4, verifica-se que o município de Santarém, em 2000, conforme o IDHM, estava

em primeiro lugar no *ranking* do desenvolvimento humano, entretanto, o mesmo município ocupa a segunda posição na classificação dos municípios menos pobres do ponto de vista do IPM, enquanto que em 2010, Santarém se encontra na primeira posição em ambos os indicadores, significando que é o município que apresenta maior desenvolvimento humano e menor índice de pobreza da mesorregião do Baixo Amazonas.

O município de Oriximiná foi o que desencadeou a maior surpresa no estudo, tendo em vista que possuía bons indicadores de desenvolvimento humano e de pobreza multidimensional no ano de 2000, contudo, no decorrer dos 10 anos, desceu oito posições quando relacionado ao IPM, esse fator pode ser explicado, tendo em vista que no ano 2000 este município possuía altos nos indicadores de educação, saúde e condições de vida, houve um acréscimo desses níveis, contudo, não na mesma proporção dos outros municípios, que conseguiram aumentar os seus índices de forma expressiva, o que ocasionou a queda do município no *ranking* de pobreza multidimensional para décima primeira posição.

Constata-se que o município de Prainha foi o pior classificado no *ranking* quanto ao IDHM, no ano de 2000, ficando na décima segunda posição, entretanto, com base no IPM ocupou o décimo lugar. Em 2010, esse município ficou em última posição em ambos os indicadores evidenciando que possuí o menor desenvolvimento humano e o maior índice de pobreza multidimensional na MBA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar as diferenças entre os indicadores IDHM e IPM, a partir de um *ranking* para os municípios do Baixo Amazonas e analisar a evolução do IPM estimado em comparação ao IDHM nos anos 2000-2010. Nessa perspectiva, evidenciou-se que alguns municípios coincidiram suas posições no *ranking* dos indicadores, tendo em vista que foram utilizados as mesmas dimensões e índices.

Dessa forma, os indicadores podem ser apontados como complementares, pois se vistos conjuntamente, permitem uma visão mais ampla e precisa de seus resultados. Assim, para essa mesorregião, não existe uma diferença expressiva entre ambos os indicadores quando se trata de construir um *ranking* de desenvolvimento humano e de pobreza.

O índice de desenvolvimento humano da MBA, no ano de 2000, é classificado como muito baixo, 0.45, devido, especialmente, ao baixo índice de educação da mesorregião. Nesse contexto, em 2010, o IDHM elevou-se para 0.60, o que o torna de médio desenvolvimento, ocupando a primeira posição nos indicadores IDHM e IPM evidenciando que o município apresentou maior desenvolvimento humano e menor índice de pobreza diante de todos os municípios da mesorregião

do Baixo Amazonas.

No ano de 2010 percebeu-se uma grande evolução no índice de pobreza multidimensional na MBA, alavancado principalmente pela melhoria das dimensões saúde e condições de vida, devido à melhoria do sistema de saúde da região e das melhorias na infraestrutura, como a elevação da cobertura de saneamento básico, programas de coleta de lixo, entre outros programas que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da região e para a diminuição das condições de pobreza existentes anteriormente. Nesse contexto, os municípios que não apresentaram condições de pobreza multidimensional foram: Santarém (56.97), Terra Santa (55.41) e Almerim (54.66) sendo estes considerados fora das condições de privações, ou seja, possuem, a partir do somatório dos subíndices das dimensões, um número adequado de atendimento das condições básicas, sendo os valores de seus índices de pobreza multidimensional maiores que 50.

Constatou-se que, em 2000, Santarém apresentava valores de alto desenvolvimento para o subíndice de longevidade, baixo desenvolvimento para a renda e muito baixo para a educação. Enquanto que em 2010 a educação obteve uma melhora de 63,22% integrando a categoria de médio desenvolvimento. Neste sentido, Santarém se encontra na primeira posição no IDHM e IPM, significando que é o município que apresenta maior desenvolvimento humano e menor índice de pobreza da mesorregião do Baixo Amazonas. O município de Oriximiná possuía bons indicadores de desenvolvimento humano e de pobreza multidimensional no ano de 2000, entretanto, em 2010, regrediu oito posições quando relacionado ao IPM, esse fator pode ser explicado tendo em vista que no ano 2000 este município possuía elevados indicadores de educação, saúde e condições de vida, tendo uma taxa de variação positiva no período, mas não tão expressivo como os outros municípios, que conseguiram aumentar os seus índices de forma expressiva.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), Working Paper Nº 38, Oxford Department of International Development, University of Oxford, 2010.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **IDHM**. Municipal. 2000 e 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/. Acesso 15 jun. 2017.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. de; COMIM, F. V. Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade. **Revista de Economia, v. 38, n. 1 (ano 36), p. 167-188, jan./abr. 2012. Editora UFPR.**

BRASIL. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas - Pará**. Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, 2012. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra018.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017.

CODES, A. L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza:** em direção a uma visão complexa. IPEA, Brasília, 2008 (TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1332). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1332.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017.

COMIM, F. V.; BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. de; JÚNIOR, S. S. P.; PICOLOTTO, V. C**. Pobreza:** da insuficiência de renda à privação de capacitações: Uma aplicação para a cidade de Porto Alegre através de um indicador multidimensional. UFRGS, 2006. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/indicador_multidimensional.pdf >. Acesso em 12 jun. 2017.

COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; COSTA, Genivalda Cordeiro. **Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 54, n. 3, p. 537-560, set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032016000300537&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jun. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540308

DINIZ, Marcelo Bentes; Diniz, Marcos Monteiro. **Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. Economia Aplicada, v. 13, n.3, p. 399-423, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v13n3/v13n3a03.pdf>. Acesso em 27 jun. 2017.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 79-112, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922/10492>. Acesso em 27 jun. 2017.

LOPES, Jaíza Gomes Duarte. **Pobreza multidimensional: uma aplicação à região norte do Brasil**. – Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6196/2/471580%20-%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em 27 jun. 2017.

PARÁ. **Baixo Amazonas.** Fundação Amazônia de amparo a estudos e pesquisas. FAPESPA. Disponível em:<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/estatisticamunicipal/67>. Acesso em 16 jun. 2017.

ROCHA, Sonia. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 720). Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0720.pdf>. Acesso em 15 jun. 2017.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** – 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, D. L.; SANTOS, R. B. N. dos; FERNANDES, D. A. **Análise comparativa entre indicadores sintéticos de pobreza multidimensional para a região metropolitana de Belém: uma avaliação para os anos de 2000 e 2010.** SOBER - Sociedade Brasileira de Economia,

Administração e Sociologia Rural. João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015.

ROMÃO, M. C. **Medidas agregadas de pobreza absoluta:** A proposta de Sen e os desenvolvimentos subsequentes. R. de Econometria. v. 13, n.2. 1, pp.41-78. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/download/2986/1881.>. Acesso em 13 jun. 2017.DOI: http://dx.doi.org/10.12660/bre.v13n11993.2986

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, José Jaime. **Uma análise da pobreza Multidimensional nos Estados Brasileiros a partir de Microdados da PNAD**. 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/xxencontro/files/_paper/438-570.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017.

SILVA, A. F. da; SOUSA, J. S. de; ARAÚJO, J. A. Evidências sobre a pobreza multidimensional na Região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 51(2): p. 219-239, março - abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n2/0034-7612-rap-51-02-00219.pdf>. Acesso em 16 jun. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612160773.